

## **clevelândia do norte** **— aqui começa o brasil!** | carlo romani\*

Alexandre Samis. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e representação política no Brasil*. São Paulo, Imaginário, 340 pp.

Quem chega ao Brasil pelo rio Oiapoque vindo da Guiana Francesa, logo que chega a Clevelândia avista um monumento com a bandeira verde e amarela tremulando alto e, logo abaixo, a frase de efeito, título desta resenha, dando as boas vindas aos visitantes. Atualmente, Clevelândia é a vila militar sede da 2ª Companhia de Fuzileiros de Selva, o quartel avançado guardião da floresta na fronteira distante. O Brasil começa em Clevelândia-Oiapoque e termina algumas ruas depois. Finda a cidade, daí em diante são mais 600 km de estrada, 450 em terra, lamacenta ou poeirenta, dependendo da época do ano em que se viaja, até se alcançar Macapá, a primeira cidade digna deste nome.

É nessa erma região setentrional do território brasileiro, ainda hoje necessitando reafirmar aos visitantes e a si mesma a sua própria identidade nacional, que há quase 80 anos atrás ocorreu um dos episódios mais trágicos de nossa história republicana. Logo após a revolução de julho de 1924 em São Paulo, por si só violentíssima — em menos de um mês de luta houve mais de mil vítimas civis — o governo do então Presidente Arthur Bernardes decretou estado de sítio. Enquanto tentava sufocar a revolta de Isidoro e seus tenentes, que teve como um de seus desdobramentos a

\* Mestre em História pelo IFCH da Unicamp, desenvolve doutorado financiado pela FAPESP na mesma instituição.

formação da Coluna Prestes, o governo federal varreu as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro recolhendo soldados rebeldes e ativistas sindicalistas. Eram as chamadas canoas que a polícia fazia pelos bairros populares e operários da cidade maravilhosa. As masmorras cariocas da 4ª Delegacia Auxiliar, da Polícia Central, depois passando para a Detenção ou Casa de Correção, o navio-prisão Campos e inúmeras ilhas ao largo da Baía de Guanabara, para onde foi confinada a maior parte dos detidos perigosos, permaneceram lotadas durante todo o segundo semestre de 1924.

Sobravam prisioneiros, faltava espaço. A grande imprensa que ainda podia circular alardeava como porta voz oficial do governo: “trata-se de perigosos revolucionários”. Com essa conjuntura e argumentos favoráveis, os quadros do governo apresentaram uma única solução possível para o destino desses homens enjaulados: o exílio interno. A França, país modelo da civilização ocidental já não mantinha desde o século passado as suas ilhas do Diabo para segregar os tipos mais perigosos? Por que não o Brasil? Pensando bem, esses *bagné* coloniais do Diabo são nossos vizinhos de fronteira. Assim, seguindo a recomendação de seus funcionários, Bernardes não titubeou em inaugurar o primeiro campo de concentração brasileiro na selva equatorial para o confinamento de prisioneiros políticos. Aproveitou-se da existência de um núcleo de colonização agrícola recém criado, o Núcleo Cleveland na fronteira com a Guiana Francesa, lugar para onde confluiu o sonho de muitos migrantes do Pará e Ceará, e transformou aquele prometido Eldorado em Inferno Equatorial. Para lá foram “oficialmente” degredados algo em torno de 1200 prisioneiros entre soldados rebeldes, operários sindicalistas, anarquistas, ladrões, loucos e vadios, conforme a classificação elaborada pela polícia nas listas de

envio. Deste total, mais da metade sucumbiu às doenças tropicais e faleceu, vítima do impaludismo, malária, beribéri, disenteria e desidratação. Os que voltaram trouxeram consigo seqüelas permanentes: o olhar distante, sem vida, a face amarelada e o corpo esquelético, na descrição feita por Everardo Dias. Esta história surreal na selva equatorial brasileira, digna de ser filmada, um campo de prisioneiros, ou de extermínio como o *Lager* nazista. Sob a custódia do Ministério da Agricultura, marcou o fim do governo Bernardes, homem que recebeu a alcunha posterior de Presidente Clevelândia.

Esta história, mais uma das trágicas epopéias das lutas sociais no Brasil, já deveria ter sido bastante contada e recontada por nossa historiografia, contudo não foi. Além da imensa obra já clássica de Edgar Rodrigues sobre a história dos movimentos sociais no Brasil, poucos autores detiveram-se em Clevelândia. Foi preciso a chegada de um historiador norte-americano, John F. Dulles, em uma pequena parte de um capítulo de seu clássico *Anarquistas e comunistas no Brasil* (1973), para trazer novamente esta história à tona. Depois dele, foi a vez do cientista político Paulo Sérgio Pinheiro retomar a questão quase vinte anos depois, usando as fontes originais conseguidas no arquivo particular de Arthur Bernardes. Uma pequena história de Clevelândia é narrada no quinto capítulo de seu livro *Estratégias da Ilusão* (1991). Somente com a chegada de um novo século, a surreal história de Clevelândia, emblema da política repressiva dos governos republicanos, ganhou um exaustivo trabalho de análise. As condições de produção dessa repressão e os detalhes das desventuras vividas pelos prisioneiros foram esmiuçados nas 340 páginas escritas por Alexandre Samis, um trabalho de fôlego desenvolvido ao longo de vários anos de pesquisa.

Um tema de difícil leitura elucidado num livro que, no entanto, lê-se facilmente, dado o empenho do autor em apresentar inúmeras histórias desenterradas de arquivos policiais e encontradas em jornais operários comidos pelo tempo. O livro *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil* narra a história desse confinamento trágico de brasileiros a partir do olhar privilegiado de alguns ativistas anarquistas daquela época. Militantes que foram duramente reprimidos e perseguidos. Tratando-se de uma obra sobre anarquistas e realizada por um historiador que participa deste movimento (Alexandre Samis é membro do CELIP, Círculo de Estudos Libertários Ideal Perez, no Rio de Janeiro) poderíamos até esperar um manual panfletário sobre a visão que os anarquistas tiveram e têm da perseguição política por eles sofrida. Mas não. Samis se mantém distante do objeto estudado, mostra-se bastante prudente nas opiniões emitidas, sempre calcado em rigorosa metodologia de análise e vastíssima documentação conseguida nos arquivos do Estado do Rio, de Minas, de São Paulo, no Arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp, no Instituto de História Social de Amsterdã e em diversos arquivos libertários pesquisados, inclusive em Portugal. Penso até que Samis se manteve distante e prudente demais ante a evidente crueldade praticada por aquele Estado e a óbvia omissão dos militantes comunistas daquela época e de quase toda a historiografia posterior ao evento.

Descreve o perverso desfecho da repressão ao movimento de 1924 que culminou na morte diária de dezenas de prisioneiros enterrados em valas coletivas. Antes disto, porém, o autor traça todo o processo político que permitiu a emergência de um Estado policial moderno no Brasil, desde os antecedentes políticos da repressão aos opositores da ordem instituída durante a

República Velha. Mostra claramente o tratamento diferenciado no combate dado à planta exótica anarquista e à sucessiva profissionalização dos meios de controle social engendrados pelo aparelho de Estado. A Revolução de 1924 tornou-se o estopim ou o alibi faltante para a implantação definitiva de uma política repressiva articulada e totalitária. Milhares de prisioneiros foram feitos durante o período em que vigorou o estado de sítio, entre 1924 e 1926. Contudo, somente os presos mais pobres, aqueles com menor possibilidade de defesa externa foram confinados em Clevelândia. Os militares sem padrinhos políticos, os sindicalistas mais pobres e combativos, jornalistas anarquistas, todos misturados junto ao rebotalho das ruas cariocas, com o objetivo de descaracterizar o caráter eminentemente político do campo de prisioneiros. Estranhamente, nenhum ativista do Partido Comunista Brasileiro fundado em 1922, nem os redatores de seu órgão porta-voz, *A Classe Operária*, foram enviados ao exílio interno na fronteira distante. Questionados sobre esse tratamento diferenciado, a resposta dada pelos comunistas em 1927 foi a de que fizeram como o camelo quando chega a tormenta: “meteram o pescoço na areia e deixaram o simum passar...”<sup>1</sup>

Parece que essa mesma postura do camelo enterrado na areia foi adotada pela historiografia brasileira ocupada com o movimento operário. Nas décadas que se seguiram ao evento, grandes mestres orientados pela teoria marxista como Azis Simão, Luiz Pereira e Edgar Carone e militantes notórios do Partido como Leôncio Basbaum em sua *História sincera da República*, se esqueceram completamente do sofrimento daqueles trabalhadores confinados em Clevelândia. Presos à teoria, usada como ariete ideológico de estilo quixotesco, não perceberam, também, que nesse momento estava sendo gerado o moderno Estado brasileiro com a chegada

definitiva das práticas políticas de gestão do corpo social. Se no início dos anos vinte já era perceptível o sucessivo aumento das práticas de controle em uma sociedade cada vez mais disciplinar, a política repressiva montada pelo Estado comandado por Arthur Bernardes efetiva de modo contundente uma prática totalitária de domínio sobre a vida. O nascimento de uma estratégia política no campo do biopoder calcada no discurso do saneamento e higiene, na disciplina no trabalho, no adestramento do corpo e no interesse comum entre patrões e empregados, ganha, em contrapartida, outra face da mesma moeda, a necessidade de depuração dos corpos indigestos. Com a implantação da colônia penal de Clevelândia, esta estratégia adquire a forma limite possível: a prática do extermínio. Quando os mecanismos de controle social não surtem mais o efeito desejado faz-se necessário o expurgo dos elementos nocivos ao corpo são. Nestes momentos, geralmente períodos conturbados de convulsão pré-revolucionária, o Estado submete ao isolamento os elementos que, de um modo ou de outro, desestabilizam as instituições aceitas pela normalidade.

Sustentado pelas análises conceituais encontradas em Hannah Arendt, que viveu a política de controle do nazismo, Alexandre Samis desmascara a política repressiva exercida pelo Estado brasileiro e pelos grupos partidários e coniventes a ele durante a República Velha. E o faz de modo bastante preciso ao escolher como palco privilegiado de sua análise, um episódio em que o Estado se vê confrontado em suas bases por várias frentes de ataque. E o anarquismo foi, como bem mostra o autor, entre as manifestações políticas que contestam o modelo instituído, seguramente a mais perseguida.

O campo de prisioneiros de Clevelândia foi o primeiro grande palco onde se exerceu essa política de depu-

ração do corpo social em nossa história. Clevelândia serviu como um laboratório de testes para as formas de controle e expurgo cada vez mais sofisticadas que serão implantadas na década seguinte sob a ditadura de Vargas. Os prisioneiros foram suas cobaias. Experimentos nas mãos de médicos em busca do alcance possível para o quinino como medicamento. Experimento de sociabilidade entre diferentes confinados num espaço como sendo iguais e onde todos lutavam entre si pela sobrevivência. Instrumento para a ocupação e povoamento de uma zona de fronteira com uma potência estrangeira, à imitação mal feita do que faziam os vizinhos franceses em seus presídios coloniais. E enfim, a bucólica Clevelândia transformou-se, para a história, em sinônimo de algoz das vítimas, descartes inúteis de uma máquina que procura a maior eficiência. Triste injustiça com a hoje pacata vila, retirou do Estado o seu papel nada glorioso de carrasco, empurrando para a força da natureza a ação da morte forçada daqueles mais rebeldes e menos aptos a viver em uma sociedade domesticada.

### **Nota**

<sup>1</sup>“Aos companheiros da construção civil”, *A Nação*, 10/03/1927 in J. F. Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil*.